8.ª Repartição da Direcção Geral
da Contabilidade Pública

Decreto n.º 33:476

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do das Obras Públicas e Comunicações, um crédito especial da quantia de 100.000\$, a inscrever no actual orçamento da Administração Geral do Porto de Lisboa pela forma seguinte:

Na receita extraordinária:

Subsídio pelo Fundo de Desemprego para as obras complementares do muro de protecção junto à praia de Paço de Arcos	40.000\$00
--	------------

Na despesa:

Artigo 5.º — Construções e obras novas:

4) Portos:

Por contrapartida da receita	40.000\$00	
Por anulação nos n.ºs 1) e 5) deste artigo	60.000\$00	100.000\$00

Art. 2.º No artigo 5.º do referido orçamento são reduzidas das importâncias seguidamente indicadas as seguintes dotações:

1) Caminhos de ferro	40.000\$00	
5) Outras construções e obras novas	20.000\$00	60.000\$00

Art. 3.º No actual orçamento do Ministério das Obras Públicas e Comunicações é reforçada com 40.000\$ a dotação do artigo 143.º do capítulo 8.º, sendo por contrapartida aumentada de igual importância a verba do artigo 156.º do capítulo 5.º do orçamento das receitas do Estado.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 29 de Dezembro de 1943. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.